



Repensar a avaliação arquivística: desafios teóricos e propostas neomodernas pós-digitais

Luis Corujo, Universidade de Lisboa (ULISBOA), Portugal, <https://orcid.org/0000-0003-4411-2453>

Maria Cristina Vieira de Freitas, Universidade de Coimbra (UC), Portugal, <https://orcid.org/0000-0002-8849-8792>

José Luis Bonal-Zazo, Universidad de Extremadura (UNEX), España, <https://orcid.org/0000-0002-6518-0976>

Carlos Guardado da Silva, Universidade de Lisboa (ULISBOA), Portugal, <https://orcid.org/0000-0002-6518-0976>

Jorge Revez, Universidade de Lisboa (ULISBOA), Portugal, <https://orcid.org/0000-0002-3058-943X>

DOI: <https://doi.org/10.62758/re.310>

RESUMO

Introdução. O presente artigo analisa as dinâmicas transformadoras da avaliação arquivística num contexto cada vez mais moldado pelas tecnologias digitais. **Método.** Conduz-se um estudo de natureza qualitativa, com recolha e análise de fontes informacionais com vista à constituição de um corpus estruturado de informação. Para a interpretação dos dados, recorre-se ao método da Teoria Fundamentada. **Análise.** Este estudo investiga as tensões entre abordagens modernistas e pós-modernistas, destacando o papel em evolução dos arquivistas enquanto curadores da memória e da cultura. **Resultados.** A investigação evidencia a necessidade de práticas de avaliação que integrem a [inter]subjectividade, a desconstrução e a inclusividade. **Conclusão.** Perante os desafios colocados pela era neo-moderna e pós-digital, propõe-se um enquadramento compreensivo de princípios e propostas que visam uma avaliação arquivística sustentável e transparente.

Palavras-Chave: Avaliação Arquivística; Neomodernidade; Pós-Digital; Princípios de Avaliação; Propostas.

Repensando la valoración archivística: desafíos teóricos y propuestas neomodernas posdigitales

RESUMEN

Introducción. Este artículo analiza la dinámica transformadora de la valoración de archivos en un contexto cada vez más influenciado por las tecnologías digitales. **Método.** Se realiza un estudio cualitativo mediante la recopilación y el análisis de fuentes de información para constituir un corpus estructurado. Para la interpretación de los datos, se utiliza el método de la Teoría Fundamentada. **Análisis.** Este estudio investiga las tensiones entre los enfoques modernistas y posmodernistas,





destacando el papel evolutivo de los archivistas como guardianes de la memoria y la cultura. Resultados. La investigación destaca la necesidad de prácticas de valoración que integren la intersubjetividad, la deconstrucción y la inclusión. Conclusión. Ante los desafíos que plantea la era neomoderna y posdigital, se propone un marco integral de principios y propuestas para una valoración de archivos sostenible y transparente.

Palabras-Clave: Valoración Archivística; Neomodernidad; Postdigital; Principios de Valoración; Propuestas.

Rethinking archival appraisal: theoretical challenges and post-digital neo-modern proposals

ABSTRACT

Introduction. This article analyzes the transformative dynamics of archival appraisal in a context increasingly shaped by digital technologies. **Method.** A qualitative study is conducted, with the collection and analysis of information sources to constitute a structured corpus of information. For data interpretation, the Grounded Theory method is used. **Analysis.** This study investigates the tensions between modernist and postmodernist approaches, highlighting the evolving role of archivists as curators of memory and culture. **Results.** The research highlights the need for appraisal practices that integrate intersubjectivity, deconstruction, and inclusivity. **Conclusion.** Faced with the challenges posed by the neo-modern and post-digital era, a comprehensive framework of principles and proposals aimed at sustainable and transparent archival appraisal is proposed.

Keywords: Archival Appraisal; Neomodernity; Post-Digital; Appraisal Principles; Proposals.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa as dinâmicas transformadoras da avaliação arquivística num contexto cada vez mais moldado pelas tecnologias digitais. A ascensão das tecnologias digitais influenciou de forma substancial a produção, a gestão e a disseminação da informação. Esta transformação introduziu novos desafios à avaliação arquivística, exigindo uma reavaliação crítica dos modelos tradicionais (Cook, 2001). Os arquivistas contemporâneos operam num campo de tensões entre a preservação de narrativas históricas sancionadas pelo Estado e o fomento de memórias sociais coletivas (Harris, 1997; Ketelaar, 2001). Esta dupla responsabilidade implica uma compreensão refinada dos processos de atribuição e reatribuição de valor

nos arquivos, os quais estão profundamente enraizados nos contextos sociopolíticos e culturais da memória.

Estas transformações ecoam no seio da Teoria Arquivística, enquanto domínio que se propõe estudar fenómenos, oferecendo interpretações que orientem a *praxis* dos arquivistas e das instituições (Thomassen, 2001). As Tecnologias da Informação, ao facilitarem a disseminação e a partilha de estudos de caso oriundos de distintas realidades políticas e comunitárias, evidenciam a diversidade de abordagens profissionais e propostas arquivísticas, frequentemente moldadas por tradições administrativas e linguísticas específicas (Douglas, 2010; Thomassen, 2015).



O presente artigo propõe uma análise crítica da avaliação arquivística, partindo das perspectivas modernista e pós-modernista, com particular atenção às inovações teóricas e metodológicas das últimas décadas. Abordam-

se ainda os desafios impostos pela era neomoderna e pós-digital, propondo-se, para o futuro da prática arquivística, um roteiro orientado por Propostas e Princípios.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Parte-se das propostas para a Era da Neomodernidade baseadas nas observações de Giddens (1997), Habermas (2017) e segundo as perspectivas de Rouanet (1986, 1998) e Marques (1993), que alertam para a necessidade de a Modernidade realizar uma reflexão sobre si mesma, sobre as suas origens e as suas derivações (como as propostas da Pós-modernidade), com a percepção de que o Conhecimento se constrói através do

desenvolvimento de uma linguagem, uma dialética discursiva, intersubjetiva.

Adicionalmente, apresenta-se o pensamento dedicado ao Pós Digitalismo, como resultado da onnipresença das tecnologias digitais, integradas na vida quotidiana, transformando profundamente a forma como os seres humanos experienciam o mundo (Jandrić et al., 2023; Grasso, 2023).

2.1 Contexto Teórico e Mudanças de Paradigma

Ridener (2009) observa que os arquivistas enfrentam desafios multifacetados decorrentes dos avanços tecnológicos, em particular da integração generalizada de registos eletrónicos nos contextos organizacionais. Estes desenvolvimentos têm implicações profundas tanto para a teoria como para a prática arquivística, impulsionados pela adoção de tecnologias de ponta nos fluxos de trabalho institucionais e pela rápida evolução do panorama informacional. Um aspeto particularmente preocupante prende-se com as limitações intrínsecas associadas à preservação indefinida deste tipo de registos (Duranti, 2001).

Para além da crescente dependência da tecnologia digital na produção, na gestão e na disseminação da informação, o campo arquivístico é atravessado por tensões entre abordagens modernistas e perspectivas arquivísticas contemporâneas. Estas tensões refletem os processos dinâmicos de criação e reconfiguração dos paradigmas arquivísticos, sublinhando a necessidade de ultrapassar a polarização nos debates teóricos. A adoção de

abordagens holísticas revela-se, assim, essencial para promover uma compreensão mais integrada e abrangente do trabalho arquivístico.

Neste enquadramento, os documentos, enquanto veículos essenciais de informação, enfrentam desafios sem precedentes em ambientes eletrónicos. Ao mesmo tempo que funcionam como instrumentos de registo da memória, revelam também tensões acentuadas, como a dialética entre memória e esquecimento. Os arquivos, enquanto repositórios dinâmicos da memória social, operam sobre decisões de avaliação que determinam o que será preservado e o que será descartado. A dicotomia entre a memória sancionada pelo Estado e a memória coletiva da sociedade reflete debates culturais e políticos mais amplos sobre as histórias que são representadas e as que são marginalizadas (Cook, 2011; Couture, 2005). Outras tensões emergem entre a preservação de informação original e única e as limitações inerentes à conservação permanente. Estas tensões são exacerbadas pelo facto de os documentos

resultarem de processos complexos de construção da informação.

A base da avaliação arquivística reside na atribuição de valor aos documentos, processo que se inicia com a sua criação. Tradicionalmente alicerçada em ideais positivistas de objetividade e imparcialidade, esta prática tem vindo a ser crescentemente questionada. As críticas pós-modernas evidenciam a falácia destes pressupostos, destacando a inevitável subjetividade e as dimensões sociopolíticas envolvidas. Em alternativa, sublinham-se hoje a transparência e

a reflexividade como princípios estruturantes, assegurando que as decisões de avaliação sejam justificáveis e inclusivas (Eastwood & MacNeil, 2010). Enquanto prática transversal à atividade arquivística, a avaliação implica a concretização de tarefas de determinação do valor, relevância, importância e impacto dos registos. Deve ser compreendida como um exercício democrático, transparente, reflexivo e solidamente fundamentado, que navega entre múltiplas tensões: objetividade *versus* subjetividade, abordagem modernista/positivista *versus* pós-modernista, e avaliação opaca *versus* avaliação transparente (Cook, 2011; Couture, 2005).

2.2 Princípio do Ciclo de Vida dos Documentos versus Princípio do Continuum Documental

Uma outra tensão teórica relevante emerge da comparação entre o Princípio do Ciclo de Vida dos Documentos e o Princípio do Continuum Documental, conforme analisado por An (2003).

Fundamentado na teoria arquivística de matriz schellenbergiana, o Princípio do Ciclo de Vida dos Documentos sustenta a definição dos processos de gestão documental consagrada na norma ISO 15489 (ISO, 2016), onde as ações relativas à disposição documental correspondem à fase terminal do ciclo. Esta abordagem parte do reconhecimento do valor administrativo e do valor evidencial dos documentos, estruturando o percurso documental em fases claramente definidas, geridas de forma distinta por diferentes grupos profissionais, até que os documentos sejam eliminados ou preservados, por vezes para fins diversos daqueles que motivaram a sua criação. Considera-se, neste modelo, a existência de diferentes valores (atuais ou históricos) na seleção documental. A avaliação arquivística ocorre na fase final do ciclo, após a produção da informação, atribuindo aos arquivistas um papel passivo e reativo, inserido numa lógica custodial. Esta abordagem perpetua a distinção entre gestores documentais — centrados na

gestão de documentos ativos e semiativos — e arquivistas — responsáveis pela documentação de valor histórico. O modelo baseia-se predominantemente em suportes físicos e nas operações de custódia e transferência de documentos em papel.

Em contraste, o *Continuum Documental* foi desenvolvido por Upward (1996; 1997) em resposta à necessidade de gerir e controlar a informação eletrónica, desde o momento anterior à sua criação até à sua preservação e reutilização fora do contexto original. Este modelo conceptualiza a gestão documental como um processo contínuo e multidimensional que atravessa quatro dimensões — criação, captura, organização e pluralização —, prescindindo de uma ordenação temporal ou de fases documentais estanques. Os documentos são aqui considerados numa perspetiva multidimensional, com uma gestão integrada tanto do processo organizacional como do processo documental, permitindo a realização simultânea de múltiplas finalidades, independentemente do momento do seu ciclo de existência. O *continuum* reconhece um valor contínuo, que integra tanto os valores atuais como os históricos (informação–memória). A avaliação inicia-se no momento da criação da

informação e prolonga-se ao longo de toda a sua existência. Pressupõe, assim, uma avaliação prévia à produção da informação, com a aplicação de instrumentos de avaliação desenvolvidos antecipadamente à produção e registo dos documentos. Neste modelo, os arquivistas desempenham um papel proativo e pós-custodial, sendo responsáveis pela produção de políticas de gestão documental, planeamento e implementação de sistemas de gestão de documentos, bem como atividades de consultoria e formação.

Neste enquadramento, o papel do arquivista adquire uma natureza múltipla, marcada por responsabilidades interligadas. O arquivista não é apenas um curador que assegura a compreensão e defende a

integridade, autenticidade e fiabilidade dos documentos; é igualmente um agente ativo na construção da memória coletiva. Compete-lhe identificar os processos sociais que merecem ser lembrados, bem como os documentos que contribuem para essa construção memorial. Tal implica decisões sobre que memórias, indivíduos e eventos serão representados no arquivo, assim como a determinação do que será preservado ou eliminado, destacando-se a sua responsabilidade na configuração das identidades coletivas (Cook, 2005). Estas decisões definem, em última instância, a própria natureza do arquivo, revelando a tensão fundamental entre a perceção tradicional do arquivista como mediador passivo e a conceção contemporânea do arquivista enquanto construtor da memória social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

É realizado um estudo de natureza qualitativa, com base na recolha e na análise de fontes informacionais, seguindo uma abordagem de Análise Documental, de modo a permitir a construção de um *corpus* estruturado de informação (Corujo, 2023). Tal processo inicia-se pela identificação das fontes (bases de dados científicas), seguida da avaliação da qualidade das revistas. Após a pesquisa ter resultado em cerca de 2000 artigos, utiliza-se

uma escala de Likert para seleccionar os mais relevantes para a investigação. Este *corpus* é analisado e interpretado através do Método da Teoria Fundamentada (Charmaz, 2014; Corbin & Strauss, 2015), resultando na elaboração de uma grelha teórica crítica e orientada para as tendências da literatura examinada, culminando na formulação de um conjunto de propostas e princípios aplicáveis à avaliação documental.

4 ABORDAGENS À AVALIAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Este estudo apresenta as tensões entre abordagens modernistas e pós-modernistas, destacando o papel em evolução dos arquivistas enquanto curadores da memória e da cultura.

Autores, como Ridener (2009), apresentam a História da Teoria Arquivística como um cenário composto por diferentes quadros conceptuais ou períodos. O *período de Consolidação Teórica*, representado pelo Manual Holandês de 1898 (Müller et al., 2003), está associado à responsabilidade de preservar

a informação arquivística, centrada em conceitos como imparcialidade, evidência e perpetuação da memória, com o propósito de apoiar uma investigação histórica de cariz positivista — factual e orientada para uma verdade singular e neutra.

O *período de Confirmação e Reforço*, representado por Jenkinson (1922), defende a objetividade do arquivista e a imparcialidade da informação arquivística, considerando que a decisão de avaliação deveria pertencer ao

produtor ou ao administrador do arquivo, de modo a continuar a satisfazer as suas necessidades funcionais.

O período *Moderno*, representado por Schellenberg (1956), advoga a participação dos arquivistas no processo decisório, equilibrando as necessidades de evidência, uso, memória e investigação. Esta abordagem introduz uma diferenciação de papéis entre os documentos, os profissionais e as entidades de custódia, com base na dicotomia entre *valores primários* e *valores secundários*.

O último período, designado Questionamento, remete para as teorias pós-modernas, com vários representantes, entre os quais Terry Cook (1995), que defende a ampliação do número de grupos sociais envolvidos no processo de avaliação, tanto em organizações como em comunidades. Tal perspectiva propõe o alargamento dos repositórios arquivísticos para incluir organizações não governamentais e comunidades informais, deslocando as instituições arquivísticas de meros centros de evidência para também se assumirem como espaços de memória e construção narrativa.

No final do século XX, verifica-se uma tendência para o planeamento estratégico apriorístico — baseado na definição de critérios temáticos, funcionais e/ou organizacionais persistentes, no seio de uma sociedade, grupo ou organização (Cook, 2011). A esta luz, torna-se evidente que os argumentos e as normas desenhadas para organizações estáveis e de longa duração, como municípios ou governos, não se adequam ao desenvolvimento de programas arquivísticos destinados ao setor privado, indivíduos, comunidades informais de interesse, ou mesmo a projetos multi-institucionais e multi-jurisdicionais.

As teorias de avaliação arquivística deste período passaram frequentemente a privilegiar a análise da importância da função,

unidade organizacional ou indivíduo responsável pela produção documental, ou a definição de temas, movimentos ou personalidades a documentar. Neste quadro, destacam-se modelos como a *documentation strategy*, (Samuels, 1986) e a *documentation plan* (Booms, 1991).

Contudo, se a avaliação arquivística se deve centrar nos próprios documentos informacionais, com o intuito de determinar se estes possuem valor intrínseco, significado estrutural em relação a outros materiais, ou relevância devido à sua associação a um determinado grupo ou evento, vários teóricos da avaliação defendem um processo mais abstrato. Tal abordagem justifica-se pelo investimento de recursos implicados na avaliação e pelas dificuldades em antecipar as futuras necessidades e interesses da sociedade relativamente a essa informação. Uma dessas propostas é a macroavaliação, que enfatiza a importância do contexto, organizando a informação em amplas categorias temáticas e relacionando-a com mandatos específicos ou responsabilidades sociais bem definidas (Cook, 2005, 2011; Williams, 2006).

Investigadores como Makhoul Shabou (2011) procederam à sistematização destas e de outras estratégias e/ou abordagens, incluindo a *Documentation Plan*, a *Documentation Strategy*, a Macroavaliação, a Abordagem Centrada no Utilizador, e a Abordagem Integrada.

Desenvolvido por Hans Booms e Angelika Menne-Haritz na Alemanha, o Plano de Documentação assenta em diversos conceitos e ideias fundamentais. Foca-se no conteúdo temático dos documentos e enfatiza a utilização de valores sociais contemporâneos num contexto pluralista. O principal objetivo desta abordagem consiste em identificar e preservar documentos que reflitam os valores da sociedade no momento da sua criação. Neste enquadramento, o arquivista assume um papel

central, orientado pelos resultados da análise da opinião pública, a qual envolve múltiplos intervenientes. O processo implica uma análise histórica crítica de temáticas sociais relevantes e o estudo da opinião pública num determinado período cronológico. O resultado é a elaboração de um plano ou crónica que serve de guia abrangente para a avaliação e seleção dos materiais arquivísticos (Booms, 1987, 1991, 2001; Menne-Haritz, 1994).

Desenvolvida por Helen Samuels, Larry Jackman e Patricia Aronsson nos Estados Unidos, esta abordagem baseia-se em conceitos como a análise funcional, a participação ativa dos arquivistas e um processo interdisciplinar. O seu objetivo é identificar e preservar material documental relevante e representativo que reflita as funções no seio das quais foi produzido. Este material é proveniente de um conjunto de instituições consideradas essenciais para a sociedade contemporânea, tendo em conta temas sociais-chave. O processo implica um esforço colaborativo entre o arquivista e o produtor documental, com os arquivistas a desempenharem um papel ativo na criação, análise e seleção dos documentos arquivísticos. A estratégia utiliza a análise funcional em dois níveis: **interinstitucional**, abrangente, para identificar os temas essenciais da sociedade; e **intrainstitucional**, contextual, centrada no produtor documental. Esta é complementada por um planeamento sistemático para determinar a documentação apropriada a cada área em análise (Marshall, 1998; Samuels, 1986, 1991).

Desenvolvida por Terry Cook no Canadá e posteriormente adotada na Austrália e na Nova Zelândia, esta abordagem conjuga um quadro teórico de determinação do valor documental com uma metodologia prática para a sua implementação. Centra-se na identificação de documentos relevantes para a preservação da memória coletiva das instituições governamentais e como prova das

suas atividades passadas. Apesar de o arquivista desempenhar um papel central, a abordagem foca-se essencialmente no produtor da documentação. Utiliza a análise funcional, que consiste no estudo da estrutura organizacional e na identificação das funções de maior interesse, com vista a orientar o processo de avaliação (Cook, 1995, 2004, 2005).

Desenvolvida por Terry Eastwood (com influências de Luciana Duranti) no Canadá, esta abordagem valoriza o enfoque no próprio documento e na sua utilização, incorporando critérios jenkinsonianos como a imparcialidade e a autenticidade. Dá-se primazia a documentos com qualidades intrínsecas relevantes para a memória social, funcionando como prova tangível de um ato, ação ou acontecimento. Embora o arquivista assuma um papel central, esta abordagem é sobretudo centrada no utilizador. Implica uma análise objetiva das características intrínsecas dos documentos, bem como das suas utilizações passadas e presentes, de forma a prever tendências futuras no uso da documentação (Duranti, 1994; Eastwood, 1993, 1994).

Desenvolvida por Carol Couture no Canadá, esta abordagem enfatiza o equilíbrio entre os contextos de produção e de uso, bem como os próprios documentos (conteúdo e suporte físico), incorporando critérios de avaliação centrados na captação do valor primário ou administrativo. A proposta assenta nas teorias de Schellenberg. Visa identificar o número mínimo de documentos que contenham o máximo de informação pertinente para a memória de uma instituição (ou indivíduo) e, por conseguinte, para o património cultural da sociedade. A abordagem é executada pelo arquivista, procurando equilibrar as necessidades do produtor e do utilizador. O processo inicia-se com uma análise de necessidades, com vista à implementação de um programa anterior à produção documental. Segue um processo bifásico: uma

macroavaliação, centrada no contexto de produção, e uma **microavaliação**, focada no

contexto de utilização (Couture, 1998, 1999, 2003; Rousseau & Couture, 1994).

5 OUTRAS ABORDAGENS E TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Diversas metodologias têm emergido ao longo deste século como extensões práticas das teorias pós-modernas, cada uma delas abordando distintas dimensões do processo de avaliação arquivística (Corujo, 2023).

Abordagem das Redes Sociais: eEsta abordagem centra-se na análise e avaliação da informação com base nos papéis sociais desempenhados pelo emissor e pelo recetor da informação, bem como na natureza da relação com os detentores dessa mesma informação (Cocciolo, 2016).

Modelo Participativo: este modelo refere-se à inclusão de participantes nos projetos que não pertencem às organizações promotoras dos mesmos ou que, pertencendo, intervêm unicamente enquanto utilizadores da informação. Estes participantes podem incluir membros da comunidade com vínculo à informação em questão, sujeitos da própria informação ou utilizadores informacionais (sejam estes externos ou internos à organização). A abordagem metodológica pode ainda integrar instrumentos de consulta especializada como o método Delphi (Beneito Arias, 2008).

Projetos que Incorporam Documentation Strategy, Análise Funcional, Análise Técnica e Microavaliação: esta dimensão contempla estratégias e/ou abordagens aplicadas em projetos que envolvem todos os indivíduos e instituições identificáveis que participaram nas ações conducentes à produção da informação arquivística, a qual é avaliada enquanto parte integrante do objeto do projeto (Estratégia de Documentação). Estas abordagens integram uma análise funcional do fenómeno em estudo, uma análise técnica dos suportes e formatos da

informação, e uma abordagem de base — *bottom-up* — que recorre à microavaliação de amostras de informação arquivística com o propósito de aferir a precisão na identificação dos objetos informacionais e de sustentar uma classificação mais abrangente (Sloyan, 2016).

História Digital: compreende uma estratégia e abordagem interdisciplinar entre a História e a Ciência da Informação/Arquivística, fazendo uso de elementos técnicos e baseando-se na criação de um vocabulário partilhado para a produção, utilização e avaliação de representações históricas digitais (Sternfeld, 2011).

Políticas de Aquisição Documental Baseadas em Critérios de Seleção: diz respeito a projetos que selecionam informação arquivística com o intuito de ser adquirida e incorporada nos repositórios institucionais, de acordo com critérios previamente definidos e em consonância com os objetivos específicos de cada projeto (Novara, 2013).

Técnica de Amostragem: integra estratégias e/ou abordagens que estabelecem critérios de seleção de uma amostra documental no seio do universo informacional visado pelo projeto. Tais critérios visam determinar o valor da informação a preservar ou eliminar (Rydén, 2014).

Género Documental: reporta-se a estratégias e/ou abordagens que promovem o desenvolvimento e a aplicação de taxonomias de tipologias documentais, como instrumento de apoio à definição de critérios de avaliação arquivística (Oliver et al., 2008).

Método do Minnesota: estratégia de seleção de informação arquivística que conjuga aspetos de análise de coleções, Estratégia de

Documentação, macroavaliação e análise funcional. Esta abordagem pragmática foi desenvolvida por Mark A. Greene e Todd J. Daniels-Howell na Minnesota Historical Society, durante a década de 1990, com o intuito de equilibrar a documentação das atividades empresariais (sob uma perspectiva económica) com outras esferas documentais. Visa apoiar decisões mais racionais e fundamentadas relativamente à seleção documental, face ao elevado volume de informação arquivística do Estado. O modelo contempla a avaliação de atividades económicas no Minnesota, ponderando o contributo de cada setor para a economia estadual, para além dos dados de dimensão, produto interno bruto e número de trabalhadores (Craig, 2004).

More Product, Less Process (MPLP): proposta desenvolvida por Mark A. Greene e Dennis Meissner (2005), ao longo de diversos artigos (Greene, 2010; Meissner & Greene, 2016), que contesta a morosidade dos modelos tradicionais de tratamento arquivístico, considerando que o crescimento exponencial do volume documental compromete a eficácia da profissão. Defendem o processamento mínimo como forma de mitigar atrasos e proporcionar um acesso célere às coleções arquivísticas. Esta abordagem tem sido elogiada sobretudo pela sua capacidade de aumentar a acessibilidade dos utilizadores, sem comprometer opções de tratamento futuro (Mersiovsky, 2014; Wright, 2010).

Federführungsmodell: ou “modelo da entidade líder”, aplica uma perspetiva colaborativa à avaliação arquivística. Refere-se à documentação produzida pelas mais altas autoridades federais, cuja avaliação é da responsabilidade do Bundesarchiv, com base em critérios relacionados com o desempenho de funções. O cerne do modelo reside na diferenciação entre responsabilidade

administrativa principal (Federführung), envolvimento qualificado e envolvimento simples. A mera atribuição formal de responsabilidade principal não determina, por si só, a validade arquivística nem implica automaticamente a transferência da respetiva documentação. Compete ao arquivista formular a questão decisiva sobre a relevância da função desempenhada. A inclusão de múltiplos intervenientes democratiza o processo de decisão, refletindo o princípio pós-moderno da inclusividade e da autoridade partilhada (Taylor, 2016).

Avaliação Horizontal e Vertical: desenvolvida pelo Landesarchiv do Estado de Baden-Württemberg, esta abordagem partilha afinidades com a macroavaliação, sendo uma resposta ao apelo para que os arquivistas se envolvam mais profundamente na gestão documental das agências governamentais e das práticas administrativas públicas em geral. O objetivo consiste em assegurar uma transferência documental condensada, mas representativa da realidade vivida no âmbito das funções da organização pública. Tal só é exequível com um conhecimento preciso dos processos organizacionais, não sendo suficiente a mera análise documental (*Aktenautopsie*). A valoração arquivística é realizada prospetivamente, ou seja, no momento da produção da informação. A sua execução costuma envolver equipas compostas por três a quatro arquivistas (Taylor, 2016).

Os modelos de avaliação documental anteriormente referidos evidenciam o papel em constante evolução do arquivista enquanto mediador da memória e da cultura. Através da adoção de práticas transparentes e reflexivas, os arquivistas podem orientar-se pelas complexidades do processo avaliativo de forma a honrar tanto as narrativas individuais como as coletivas.

6 ERA NEOMODERNA E PÓS-DIGITAL

A contrastar com a perspectiva da modernidade, em que se considera existir uma verdade única acerca do objeto, em que os métodos usados para atingir o conhecimento são quantificáveis, isoláveis e sem qualquer ambiguidade, garantindo a separação entre sujeito e objeto (Marques, 1993), autores como Foucault (2024) apontam que a verdade está vinculada ao discurso de cada Sociedade e contexto histórico, pelo que existem diferentes “verdades”, i.e., narrativas enformadas nas construções [inter]subjetivas dos diferentes paradigmas.

Assumindo a ideia do esgotamento do projeto da modernidade, cujas consequências atribuídas incluem a ameaça da aniquilação atômica, os fanatismos ideológicos e religiosos, a degradação dos ecossistemas (Giddens, 1997), autores como Habermas (2017) referem-na como “projeto inacabado”, considerando necessária a sua correção e reconstrução, mostrando um perfil de crítica às propostas da pós-modernidade por alguns autores como reflexo de um desejo de rotura da pós-modernidade. Tanto Rouanet (1998) como Giddens (1997) apontam a existência de um desejo de rotura. Se Rouanet (1998) tenta mostrar a inexistência de qualquer rotura com a modernidade, apesar de admitir a existência de uma “consciência de rotura”, Giddens (1997) considera que o pós-modernismo, a existir, parece querer exprimir uma consciência de uma transição, mas não mostra que ela existe.

A Teoria da Ação Comunicativa (Habermas, 1986) é um projeto crítico Habermasiano que pretende reconstruir um conceito de razão que não está fundamentado numa racionalidade instrumental ou objetivista, mas sim num ato comunicativo emancipatório. Provém de uma crítica à visão limitada de Theodor Adorno e Max (2016) acerca da Razão e do Projeto do Iluminismo. A reconstrução habermasiana propõe que a ação e a compreensão humanas possam ser analisadas

de forma proveitosa como tendo uma estrutura linguística, e que cada enunciado depende da antecipação da liberdade face a formas de dominação desnecessárias. Estas estruturas linguísticas da comunicação podem ser utilizadas para estabelecer uma compreensão normativa da sociedade. Tal conceção de sociedade é utilizada para possibilitar uma conceptualização do contexto da vida social ajustada aos paradoxos da modernidade (Habermas, 1984).

Para Habermas (1992), à medida que a modernidade foi avançando ao longo dos anos, mudanças graduais na vida das pessoas tornaram cada vez mais rara a participação neste processo. Há uma participação cada vez menor dos cidadãos naquilo que Habermas considera ser uma das maiores conquistas produzidas pelo Iluminismo para melhorar a vida dos indivíduos: o que ele chama de “esfera pública.”

A “esfera pública” surgiu no contexto do Iluminismo e do capitalismo emergente, operando como espaço de deliberação racional entre cidadãos, i.e., como espaço intermediário entre a sociedade civil e o Estado, onde cidadãos se reuniam para debater criticamente os assuntos de interesse comum. Fundamentava-se na racionalidade comunicativa, na acessibilidade universal e na suspensão das hierarquias sociais nos debates. Trata-se de uma democracia racional e participativa— um processo de cidadania crítica, em que as pessoas se reúnem, partilham as suas experiências de vida individuais e procuram, por meio do diálogo, alcançar um entendimento mútuo. Isso era apenas uma parte do que a esfera pública representava. No entanto, à medida que o capitalismo se consolidava e o Estado se burocratizava, esta esfera pública sofreu uma transformação profunda. O debate crítico-racional foi gradualmente substituído pela opinião pública manipulada por meios de comunicação em

massa. A separação entre Estado e sociedade civil tornou-se difusa, com a crescente interpenetração entre interesses privados e poder público. O consumo cultural substituiu a participação ativa, convertendo o cidadão num espectador passivo. Trata-se, portanto, de uma transformação estrutural que culmina na despolitização do público e na colonização da esfera pública por lógicas de mercado e publicidade. De forma mais geral, com o avanço da tecnologia, as pessoas têm recorrido menos frequentemente à “racionalidade comunicativa” gradualmente substituídas por meios de comunicação e sistemas mais orientados para o controlo do que para a conexão genuína entre as pessoas. Estão a ter cada vez menos conversas significativas entre si, nas quais aprendem sobre o mundo à sua volta através do contacto com outros seres humanos. Isto compromete a possibilidade de um debate público autêntico, pois a mediação informativa passou a ser orientada por interesses sistémicos e não pela lógica comunicativa da esfera pública (Habermas, 1992).

Habermas reitera recentemente (2023) esta tendência da colonização da esfera pública por interesses económicos e lógicas sistémicas, em que a comunicação é substituída pela publicidade, o cidadão ativo transforma-se em consumidor passivo, o Estado torna-se mais intervencionista e o mercado mais invasivo. À medida que o ideal deliberativo foi sendo minado e a opinião pública se foi tornando manipulável, tal redundou na crise da legitimidade dos parlamentos e dos partidos, no impacto da globalização e da financeirização na vontade política e num quadro de desinformação sistémica, caldo para a ascensão de regimes autoritários e da apatia cívica. A esfera pública perceciona-se, atualmente, marcada pela digitalização, fragmentação, populismo e erosão da confiança pública, num ambiente mediado por plataformas digitais e redes algorítmicas. As plataformas digitais de

redes sociais substituem, em grande parte, os meios de comunicação tradicionais como mediadores da opinião pública, mas sem recorrer a filtros epistémicos, com baixa qualidade deliberativa e alta polarização (Habermas, 2023).

Perante este cenário, de crescente interdependência económica e ecológica global, que implica uma esfera pública transnacional e uma vontade política que transcenda o Estado-nação, que sirvam para reorientar as infraestruturas políticas e tecnológicas, com a finalidade de garantir inclusão, qualidade discursiva e eficácia política (Habermas, 2023), apontamos a perspectiva neomoderna proposta por Rouanet (1998), e que contesta “a modernidade atual em nome da modernidade virtual”, que se opõe às “fantasias pós-modernas” com um programa exigente e “inflexivelmente moderno” para fazer cumprir as expectativas criadas pelo projeto de modernidade (Rouanet, 1998, p.270). Tal significa aceitar o desencantamento do mundo como processo que libertou o Homem da autoridade e tradição, mas também recusar as propostas de regressão pré-modernas oriundas dos novos e velhos fundamentalismos e seitas. Daí resulta o combate ao obscurantismo e a defesa da Ciência contra quem a ataca (por vezes, fazendo mesmo uso da dialética emanada do discurso científico). Rouanet (1986, 1998) defende ainda que cabe à Sociedade definir as políticas científicas, sem que, para isso, interfira na pragmática do discurso científico. No fundo, a neomodernidade como resultado da reflexão que a modernidade realiza sobre si mesma, as suas origens e derivações. Assim, apoiando-se na ideia de racionalidade habermasiana (Habermas, 2006; Giddens, 1992), que considera a razão crítica a ferramenta para contrapor o relativismo, Rouanet (1998) considera a necessidade de constituição de um novo racionalismo, o que exige um processo de

“reconstrução da modernidade”. Nesta perspectiva, a razão é um processo argumentativo com o fito de atingir o consenso “sem deformações externas, resultantes da violência, ou internas, resultantes da falsa consciência, através de provas e contraprovas, de argumentos e contra-argumentos”, negando a facticidade, ao não considerar a existência de proposições que possam corresponder a uma (única!) verdade objetiva (Rouanet 1998). Isto é corroborado por Marques (1993), quando, ao abrigo da ideia de que a relação intersubjetiva constrói o conhecimento, permite considerar que o fator de validação teórica não é a relação entre o sujeito e as suas experiências com o objeto, mas sim a relação entre sujeitos. Pelo que são o discurso e a argumentação dos sujeitos às partes interessadas que constroem a validade das teorias. Será, assim, pela linguagem, mais precisamente, pelo discurso teórico argumentativo, que se validam as pretensões de verdade (Marques, 1993). Mas tal significa, reitera-se, que as verdades são mediadas e já não imutáveis, podendo ser repensadas intersubjetivamente e modificadas através da linguagem, a mesma que é usada para as validar.

Para Rouanet (1998), a perspectiva neomoderna não renuncia ao projeto hegeliano de restaurar a unidade da razão pulverizada e de permitir que a humanidade possa atingir um entendimento mútuo sobre os problemas derivados do mundo objetivo das coisas, do mundo social das normas e o mundo subjetivos das vivências e das emoções (a Ciência, a Moral, a Arte), mas não aceita a sua indiferenciação pré-moderna, nem que um deles se arrogue no direito de representar a totalidade da razão.

A perspectiva neomoderna assume a precariedade das verdades, mas reconhece a sua existência. Tal implica um processo dinâmico de pensamento continuado por parte do sujeito, recorrendo à linguagem, presumindo que a construção do Conhecimento

não seja apenas mais do que a reprodução de conteúdos, mas revivido em cada encontro intersubjetivo (Pinto, 2018; Santos, 2023).

O pós-digital é um conceito que procura descrever o estado contemporâneo da nossa relação com a tecnologia digital, no qual a fronteira entre o mundo físico e o mundo digital se revela cada vez mais difusa. Tal noção pressupõe que a Sociedade já ultrapassou o entusiasmo inicial e a novidade associada às tecnologias digitais, e está a evoluir para uma fase em que estas se tornaram parte integrante e indissociável do quotidiano (Jandrić et al., 2023).

O pensamento pós-digital reconhece que o universo digital não constitui uma entidade autónoma ou isolada, mas sim uma extensão do mundo físico. Por conseguinte, torna-se imperioso encarar a tecnologia digital de modo mais holístico, contemplando não apenas os seus aspetos técnicos, mas também as suas implicações sociais, culturais e ambientais (Jandrić et al., 2023).

A era pós-digital caracteriza-se igualmente por um afastamento da crença ingénua segundo a qual a tecnologia constitui a solução universal para os males que afligem a sociedade. Em vez disso, assiste-se a uma crescente consciência de que a tecnologia representa apenas um instrumento — entre muitos outros — suscetível de ser mobilizado para enfrentar os desafios complexos que se colocam ao nosso tempo (Jandrić et al., 2023).

Em suma, o conceito de pós-digital convoca-nos a uma reflexão crítica sobre a nossa vinculação às tecnologias digitais, exortando-nos a explorar modos de as utilizar com vista à construção de um futuro mais sustentável, equitativo e focado na dignidade humana (Jandrić et al., 2023).

O mundo Pós-Digital (Grasso, 2023), marcado pela transformação digital acelerada, sublinha a importância do envolvimento e da

formação contínua como elementos essenciais para a adaptação às rápidas mudanças tecnológicas. A criação de uma cultura organizacional assente na aprendizagem contínua torna-se, assim, imperativa para que as instituições acompanhem o ritmo da evolução tecnológica diária. No cruzamento entre transformação digital e experiência humana, Grasso (2023) defende que a tecnologia deve complementar, e não substituir, a criatividade e a engenhosidade humanas. As tecnologias digitais estão a tornar-se onnipresentes e perfeitamente integradas na vida quotidiana, transformando profundamente a forma como os seres humanos experienciam o mundo.

Grasso (2023) destaca tecnologias como a inteligência artificial generativa, a nanotecnologia e o *blockchain*, cujo potencial transformador é já visível, ainda que a sociedade enfrente desafios na sua plena assimilação. A compreensão e adaptação a estas inovações serão determinantes para o desenvolvimento futuro e para a maximização dos seus benefícios sociais.

Paralelamente, Grasso (2023) refere-se à sustentabilidade, e alerta para a necessidade de considerar as fontes de energia associadas ao desenvolvimento tecnológico. Reconhece que, embora as tecnologias digitais impliquem um consumo energético significativo, também têm a capacidade de promover uma maior consciência ambiental e interligação global.

O autor perspetiva um modelo capitalista contextualizado por *stakeholders*, no qual as empresas [e, acrescentamos nós, organizações em geral] adotam práticas sustentáveis com vista ao bem comum. Nessa visão, Grasso (2023) considera que os cidadãos possam participar ativamente nos processos de governação onde o lucro empresarial caminhe lado a lado com o benefício social. Apela, por fim, a uma ação coletiva e a uma imaginação partilhada que posicione a tecnologia como

agente catalisador de uma transformação positiva para a humanidade.

Tal perspetiva, porém, requer como contraponto, o que já foi expresso por Habermas (1992, 2023) acerca do processo gradual de transformação e desfiguração da esfera pública deliberativa pelas lógicas de mercado, do consumo e da burocratização do Estado (1992), em tempos de polarização digital, manipulação algorítmica do debate público, fragmentação das audiências, desinformação e *fake news* (2023). Corroborar o alerta que foi lançado e confirmado por Huws (2003, 2014) relativamente à Era Digital, e que destaca como as sucessivas vagas de tecnologias da informação e da comunicação e a transformação digital têm servido para criar novos domínios de acumulação capitalista, bem como a mercantilização da biologia, da arte e da cultura, dos serviços públicos e da própria socialidade. Aponta ainda o surgimento de um ciberproletariado, com identidade e poder coletivo erodidos por empregos cada vez mais flexíveis e indefinidos e exigindo constante requalificação, no contexto da economia digital, à conta de uma flexibilização laboral – eufemismo para designar as formas de trabalho precarizadas, fragmentadas, deslocalizadas e mediadas por plataformas digitais. É neste contexto que o capitalismo digital consegue inserir-se em todos os campos da vida - até nas relações pessoais - uma vez que, ações quotidianas como navegar na internet, publicar em plataformas de redes sociais digitais ou usar aplicações móveis geram dados que são monetizados. O trabalho torna-se difuso e contínuo, até o trabalho não remunerado dos utilizadores, como o tempo de audiência em linha, que constitui uma forma de renda para plataformas (Huws, 2003, 2014).

Esta Era Neomoderna e pós-digital (Jandrić et al., 2023; Grasso, 2023) introduz desafios inéditos à avaliação arquivística, nomeadamente no que concerne à

sustentabilidade da informação digital e à preservação das identidades culturais diversas, num mundo cada vez mais globalizado. Em

resposta, as Propostas e Princípios oferecem um enquadramento abrangente para enfrentar estas problemáticas emergentes.

6.1 Desafios na Era Neomoderna e Pós-Digital

A natureza multifacetada dos desafios arquivísticos contemporâneos requer soluções inovadoras e adaptativas. Entre os principais desafios destaca-se a sustentabilidade, que exige estratégias eficazes para gerir o crescimento exponencial da informação digital, assegurando simultaneamente a sua preservação a longo prazo. Os profissionais de arquivo confrontam-se ainda com a necessidade de resistir à homogeneização cultural, à hegemonia de determinadas culturas em detrimento de outras, e ao apagamento das identidades culturais singulares em prol de uma uniformidade global. Estas tendências centrípetas comprometem os fundamentos das sociedades plurais e multiculturais.

Para além disso, a profissão é chamada a lidar com as complexidades da dependência tecnológica, procurando equilibrar os benefícios da inovação com os riscos inerentes à obsolescência e à perda de dados.

O estudo não encontrou uma resposta plenamente satisfatória nos modelos identificados, devido à limitação dos papéis atribuídos aos intervenientes, à ênfase exclusiva na funcionalidade organizacional, e à insuficiência de investimento em recursos materiais, humanos e técnicos destinados ao processo de avaliação. Em consequência, verifica-se uma falta de reconhecimento da importância da avaliação arquivística e dos profissionais que a realizam. Esta desvalorização contribui para a exclusão dos arquivistas das equipas de projeto e dos processos decisórios relativos à informação.

Contudo, esta ausência de reconhecimento pode também ser interpretada como um reflexo do desencorajamento vivido

pelos profissionais da área, perceptível numa atitude não proactiva, evidenciada na falta de aprofundamento formativo e de questionamento crítico (sob a forma de investigação científica) no domínio da avaliação. A ausência de reflexão crítica compromete o desenvolvimento de investigação contínua, a especificação e o refinamento dos critérios avaliativos necessários para fundamentar decisões de seleção. Esta deficiência favorece a acumulação de massas documentais, resultado do receio de tomar decisões avaliativas — receio esse que é influenciado por diversos fatores.

Em primeiro lugar, há o conflito resultante da interpretação das ideias de diferentes teóricos ou dirigentes de organismos coordenadores, cujas obras podem ter sido previamente estudadas ou com as quais se mantém uma ligação tácita. Em segundo lugar, observa-se uma ambivalência nas chefias de topo, que oscilam entre o desejo de eliminar toda a documentação, sobretudo em suporte papel, e a tendência para conservar tudo, especialmente em formato digital. Esta ambivalência frequentemente marginaliza o papel do arquivista/gestor da informação no processo de decisão e na definição da política informacional da organização.

A esta realidade soma-se o acervo acumulado de informação arquivística, quer organizada quer desorganizada, que espelha o funcionamento das unidades organizacionais e o valor que estas atribuem aos registos dos seus procedimentos e transações. Acresce ainda o potencial interesse que essa informação pode revestir para outros fins ou atores, o que adiciona uma camada adicional de complexidade. A resolução desta problemática

exige a identificação desses possíveis fins e atores, sendo, contudo, necessário evitar a armadilha de um exercício infundável de futurologia.

Os modelos e abordagens avaliativas existentes constituem um ponto de partida para a formulação de propostas mais abrangentes, que visem enfrentar problemáticas que esses mesmos modelos ainda não conseguiram resolver. Existem fenómenos de adaptação e ajustamento desses modelos e abordagens,

que, embora concebidos com carácter integrador, foram desenvolvidos tendo em vista um contexto ou conjunto de objetivos específicos. Por conseguinte, podem revelar-se ineficazes noutros contextos e/ou incapazes de oferecer soluções para problemáticas situadas noutras realidades.

Argumenta-se, assim, que não é exequível um modelo único para a avaliação da informação arquivística.

7 RESPOSTAS AOS DESAFIOS NA ERA NEOMODERNA E PÓS-DIGITAL

Partindo da reflexão sobre as abordagens da Avaliação Arquivística emanadas da Era Moderna, assim como as influenciadas pelos princípios pós-modernos, percebe-se a necessidade de resposta aos desafios da Era Neomoderna e Pós-Digital. Neste âmbito, evidencia-se a necessidade de práticas de

avaliação que integrem a [inter]subjetividade, a desconstrução e a inclusividade. Daqui resulta uma proposta de enquadramento compreensivo de princípios e propostas que visam uma avaliação arquivística sustentável e transparente.

7.1 Propostas para a Avaliação Arquivística

Com o objetivo de dar resposta aos desafios identificados e como resultado da reflexão desenvolvida no âmbito dos processos de codificação inerentes à aplicação do

Grounded Theory Method, emergiram vinte e quatro propostas. O Quadro 1 apresenta essas propostas.

Quadro 1: As 24 Propostas para a Avaliação Arquivística

Nº	Propostas
1.	A avaliação arquivística deve assumir um carácter mais abrangente, considerando a diversidade de formatos, suportes, critérios, finalidades, bem como o que se entende por património e memória documental da sociedade.
2.	A avaliação da informação eletrónica e da informação em formatos analógicos deve reger-se pelos mesmos princípios e critérios.
3.	O modelo de macroavaliação, associado à análise funcional, deve ser concebido segundo uma perspetiva integrada, inclusiva, pluralista, multicultural, sistemática e transparente, de forma a abranger a totalidade da sociedade.
4.	As equipas responsáveis pela identificação dos valores sociais devem ser alargadas, com base numa metodologia participativa e um alcance que assegure a representatividade das diversas comunidades que integram a sociedade.
5.	Cada análise de valores deve procurar captar o dinamismo resultante das transformações sociais, adotando um modelo não hierárquico em que todos os valores possuam igual relevância. Tal abordagem poderá implicar alterações nos instrumentos de classificação, avaliação, seleção e descrição, cujas estruturas deverão refletir essa não hierarquização.
6.	A identificação e a seleção do património documental devem assentar numa abordagem colaborativa e multidisciplinar, alargando a participação para além dos arquivistas, e corrigindo os desequilíbrios de representação decorrentes das desigualdades entre elites e minorias.
7.	O trabalho colaborativo e participativo, tanto na análise de valores como na identificação e na seleção do património documental, deve ser concebido de modo intersectorial (entidades públicas, organizações não públicas, organizações

Nº	Propostas
	não-governamentais, entre outras). Esta colaboração deve incluir a partilha de conhecimentos, experiências e práticas profissionais.
8.	Devem ser criadas condições que assegurem a inclusão das narrativas dos sujeitos da informação arquivística, a preservação de registos em risco provenientes de fontes não-governamentais, a salvaguarda de registos relacionados com a responsabilização e com aspetos nos quais as comunidades estejam em desacordo com o Estado ou outras entidades.
9.	A memória documental deve ser considerada de forma mais abrangente no que respeita a suportes, formatos, tipologias e proveniências.
10.	Os arquivos devem assumir novos papéis e práticas mais proativas, orientadas para a salvaguarda da memória sob uma perspetiva patrimonial e histórica, com preocupação pelo outro e pelo futuro, considerando um enfoque mais alargado sobre o potencial científico da informação.
11.	O papel do organismo coordenador no processo avaliativo orientado para a sociedade deve assegurar a definição do planeamento e a implementação das estratégias propostas para a salvaguarda da documentação social.
12.	Os arquivistas devem assumir um papel proativo, promovendo a participação dos cidadãos na preservação da memória documental da sociedade.
13.	Os arquivistas devem, ainda, desempenhar o papel de sensibilizadores de outros profissionais, relativamente à importância da conservação a longo prazo e do acesso à informação por eles produzida, influenciando positivamente a cultura organizacional.
14.	É necessária uma diferenciação entre o profissional e o cientista, de modo a garantir a independência na investigação científica e na prossecução dos valores sociais e dos aspetos mais relevantes na identificação e seleção do património documental. Esta diferenciação deve estar patente tanto na formação profissional como na formação académica, bem como nos referenciais de competências profissionais.
15.	Os arquivistas devem adquirir e dominar competências digitais aprofundadas, para além do mero conhecimento informático ao nível do utilizador.
16.	A formação académica deve promover competências metodológicas e o desenvolvimento de projetos de investigação intensiva, recorrendo a equipas multidisciplinares para abordar as várias problemáticas identificadas.
17.	As estratégias e políticas de avaliação devem ser definidas com base em investigação de carácter social, assegurando a existência de princípios partilhados.
18.	As estratégias e políticas de avaliação devem ser sustentadas por um enquadramento legal e regulamentar adequado.
19.	As instituições arquivísticas, ou unidades organizacionais com responsabilidades nesta matéria, devem elaborar, aplicar e rever os seus instrumentos normativos que integrem a avaliação e definam políticas e orientações para a condução das atividades avaliativas.
20.	As associações profissionais e académicas devem criar observatórios independentes com a missão de analisar criticamente o planeamento, a sua execução e os resultados das atividades de avaliação.
21.	As organizações não públicas, as comunidades e os cidadãos devem ser incentivados a participar no processo de avaliação, através da adoção de diversos estímulos, incluindo incentivos fiscais.
22.	Devem ser promovidos esforços de sensibilização no seio das organizações para deslocar o momento da avaliação do final para o início do ciclo de vida da informação, bem como ações de formação para todos os colaboradores que lidam com informação.
23.	A investigação multidisciplinar e participativa deve incluir, entre os seus objetivos, a definição de critérios e métricas de qualidade para aferir os resultados da avaliação, bem como a criação de instrumentos operacionais que permitam identificar as dimensões da qualidade e os respetivos indicadores, tanto para a informação arquivística eletrónica como analógica.
24.	A verificação dos resultados deve permitir a identificação de áreas de melhoria, modificação e, sempre que possível, correção, num ciclo contínuo de projeto.

Fonte: Corujo (2023).

7.2 Os Princípios da Avaliação

Complementando as propostas, foram extraídos dez princípios. O **Quadro 2** apresenta estes princípios.

Quadro 2: Os 10 Princípios da Metodologia de Avaliação Arquivística

Nº	Princípios
1.	Os modelos teóricos devem ser encarados exclusivamente em termos utilitários.
2.	A definição da política de avaliação deve estar orientada para a sociedade.
3.	A avaliação deve ser baseada numa participação ativa.
4.	A avaliação deve ser fundamentada em ações colaborativas.
5.	A avaliação deve garantir que a informação a ser preservada reflita múltiplas perspectivas da sociedade.
6.	A avaliação deve garantir a recolha de informação não textual.
7.	A avaliação deve promover o desenvolvimento constante de estudos sobre a sociedade.
8.	A avaliação deve orientar a organização da informação a ser permanentemente preservada, utilizando modelos não hierárquicos.
9.	Os modelos teóricos de avaliação e os estudos sobre a sociedade devem ser vistos como transitórios e temporários.
10.	A formação de profissionais e académicos deve ter uma natureza transversal.

Fonte: Corujo (2023).

7.3 Implicações Práticas

As Propostas e os Princípios oferecem aos arquivistas ferramentas para enfrentar os desafios contemporâneos, mantendo práticas de avaliação éticas e reflexivas. A sua adoção representa uma mudança para uma profissão arquivística mais resiliente e adaptativa. Elas constituem uma estratégia para promover a

produção e a preservação sustentável da informação digital, de forma a contrariar as forças centrípetas da homogeneização cultural, e ponderar a dependência tecnológica em termos de equilíbrio entre inovação e os riscos de obsolescência e perda de dados.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama em constante evolução da avaliação arquivística exige uma rotura com as abordagens tradicionais e positivistas, em favor de quadros teóricos que abracem a complexidade, a [inter]subjetividade, a desconstrução, a inclusividade e a pluralidade. Desafios como a sustentabilidade, a homogeneização cultural ou hegemonia, e a dependência tecnológica exigem soluções inovadoras e adaptativas.

A utilização da Teoria Fundamentada possibilitou a análise das metodologias pós-modernas, de uma forma que permitiu fornecer ferramentas valiosas para enfrentar esses

desafios, enquanto as "24 Propostas" e os "10 Princípios" oferecem soluções práticas para a era neomoderna e pós-digital. As Propostas delineiam estratégias acionáveis para modernizar a avaliação arquivística, enfatizando a flexibilidade, a colaboração e as considerações éticas. Temas-chave incluem a Atribuição de Valor Dinâmico, reconhecendo que o valor dos documentos evolui ao longo do tempo e do contexto; o Envolvimento das Partes Interessadas, envolvendo diversas vozes nas decisões de avaliação para garantir a representatividade; e as Práticas Sustentáveis, considerando o desenvolvimento de quadros

que atendem às limitações de recursos e aos avanços tecnológicos. Complementando as propostas, os Princípios fornecem uma filosofia fundamental para a avaliação na era pós-digital. Estes princípios sublinham a Transparência, garantindo que as decisões de avaliação sejam claras e justificáveis; o Holismo, adotando uma perspectiva abrangente que integra múltiplos contextos e narrativas; e a Inclusividade,

valorizando as expressões e experiências culturais diversas.

Ao promoverem transparência, colaboração e adaptabilidade, os arquivistas podem garantir que as práticas de avaliação não só preservem os registros, mas também contribuam para a construção de uma memória cultural mais equitativa e sustentável.

9 REFERÊNCIAS

- Adorno, T.; Horkheimer, M. (2016). *Dialectic of Enlightenment*. Verso Books
- An, X. (2003). An integrated approach to records management. *Information Management*, 37(4), 24–30.
- Beneito Arias, P. (2008). Appraising the value of statistical records of the European Central Bank for retention scheduling purposes. *Records Management Journal*, 18(3), 205–220.
- Booms, H. (1987). Society and the formation of a documentary heritage: Issues in the appraisal of archival sources. *Archivaria*, 24(Summer 1987), 69–107.
- Booms, H. (1991). Überlieferungsbildung: Keeping Archives as a Social and Political Activity. *Archivaria*, 33(Winter 1991-92), 25–33.
- Booms, H. (2001). Ordre social et constitution du patrimoine archivistique. A propôs de l'évaluation des sources d'archives. *Archives: Bulletin de l'Association Des Archivistes Du Québec*, 33(3/4), 7–44.
- Charmaz, K. (2014). *Constructing Grounded Theory* (2nd ed.). SAGE Publications.
- Cocciolo, A. (2016). Email as cultural heritage resource: Appraisal solutions from an art museum context. *Records Management Journal*, 26(1), 68–82.
- Cook, T. (1995). Electronic Records, Paper Minds: The revolution in information management and archives in the post-custodial and post-modernist era. *Archives and Manuscripts*, 22(2), 300–328.
- Cook, T. (2001). Archival Science and Postmodernism. New Formulations for old concepts. *Archival Science*, 1(1), 3–24.
- Cook, T. (2004). Macro-appraisal and Functional Analysis: Documenting governance rather than government. *Journal of the Society of Archivists*, 25(1), 5–18.
- Cook, T. (2005). Remembering the Future: Appraisal of Records and the Role of Archives in Constructing Social Memory. In F. Blouin & W. Rosenberg (Eds.), *Archives, Documentation, and Institutions of Social Memory: Essays from the Sawyer Seminar* (pp. 169–181). University of Michigan Press.
- Cook, T. (2011). 'We Are What We Keep; We Keep What We Are': Archival Appraisal Past, Present and Future. *Journal of the Society of Archivists*, 32(2), 173–189.
- Corbin, J. M., & Strauss, A. L. (2015). *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory* (4th ed.). SAGE.
- Corujo, L. (2023). *Avaliação da informação de arquivo eletrônica*. Edições Colibri.

- Couture, C. (1998). Les fondements théoriques de l'évaluation des archives. *L'évaluation Des Archives : Des Nécessités de La Gestion Aux Exigences Du Témoignage*, 7–26.
- Couture, C. (1999). *Les Fonctions de l'Archivistique Contemporaine*. Presses de l'Université du Québec.
- Couture, C. (2003). La función valoración en la Archivística Contemporánea: Una sinergia entre varias consideraciones complementarias. *Tabula: revista de archivos de Castilla y León*, 6, 23–49.
- Couture, C. (2005). Archival appraisal: A Status Report. *Archivaria*, 59(Spring 2005), 83–107.
- Craig, B. L. (2004). *Archival appraisal: Theory and practice*. K.G. Saur.
- Douglas, J. (2010). Origins: Evolving Ideas about the Principle of Provenance. In T. Eastwood & H. MacNeil (Eds.), *Currents of Archival Thinking* (pp. 23–44). Libraries Unlimited.
- Duranti, L. (1994). The concept of appraisal and archival theory. *American Archivist*, 57(2), 328–344.
- Duranti, L. (2001). The impact of digital technology on archival science. *Archival Science*, 1(1), 39–55.
- Eastwood, T. (1993). How Goes it with Appraisal? *Archivaria*, 36(Fall 1993), 111–121.
- Eastwood, T. (1994). What is Archival Theory and why is it Important? *Archivaria*, 37(Spring 1994), 122–130.
- Eastwood, T., & MacNeil, H. (Eds.). (2010). *Currents of Archival Thinking*. Libraries Unlimited.
- Foucault, M. (2024). *Microfísica del poder*. Siglo XXI Editores.
- Giddens, A. (1992). Jürgen Habermas. Em Q. Skinner, *As Ciências Humanas e os seus Grandes Pensadores* (pp. 155–176). Dom Quixote.
- Giddens, A. (1997). *The Consequences of Modernity* (6th pr). Stanford University Press.
- Grasso, A. (2023). *Toward a Post-Digital Society: Where Digital Evolution Meets People's Revolution*. independently published.
- Greene, M. A. (2010). MPLP: It's Not Just for Processing Anymore. *American Archivist*, 73(1), 175–203.
- Greene, M., & Meissner, D. (2005). More Product, Less Process: Revamping Traditional Archival Processing. *American Archivist*, 68(2), 208–263.
- Habermas, J. (1986). *The Theory of Communicative Action. Vol. 1 Reason and the Rationalization Society*. Polity.
- Habermas, J. (1992). *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry Into a Category of Bourgeois Society*. Polity.
- Habermas, J. (2006). *Técnica e Ciência como «Ideologia»*. Edições 70.
- Habermas, J. (2017). *A Modernidade: Um Projeto Inacabado* (2.^a ed.). Nova Vega.
- Habermas, J. (2023). *A New Structural Transformation of the Public Sphere and Deliberative Politics*. Polity.
- Harris, V. (1997). Claiming Less, Delivering More: A Critique of Positivist Formulations on Archives in South Africa. *Archivaria*, 44(Fall 1997), 132–141.
- Huws, U. (2003). *The Making of a Cybertariat: Virtual Work in a Real World*. Monthly Review Press.

- Huws, U. (2014). *Labour in the Global Digital Economy*, Monthly Review Press.
- ISO. (2016). *ISO 15489-1:2016 Information and documentation—Records management—Part 1: General* (2nd ed.). International Standard Organization.
- Jandrić, P., MacKenzie, A., & Knox, J. (Eds.). (2023). *Postdigital Research: Genealogies, Challenges, and Future Perspectives*. Cham: Springer.
- Jenkinson, H. (1922). *A Manual of Archive Administration including the problems of War Archives and Archive Making*. The Clarendon Press.
- Ketelaar, E. (2001). Tacit narratives: The Meanings of Archives. *Archival Science*, 1(2), 131–141.
- Makhlouf Shabou, B. (2011). *Étude sur la définition et la mesure des qualités des archives définitives issues d'une évaluation* [Tese de Doutorado, Université de Montréal].
- Marques, M. O. (1993). *Conhecimento e Modernidade em Reconstrução*. Ed. UNIJUI.
- Marshall, J. A. (1998). Documentation Strategies in the Twenty-First Century?: Rethinking Institutional Priorities and Professional Limitations. *Archival Issues: The Journal of the Midwest Archives Conference*, 23(1), 59–74.
- Meissner, D., & Greene, M. A. (2016). To the Editor. *American Archivist*, 79(1), 219–221.
- Menne-Haritz, A. (1994). Appraisal or documentation: Can we appraise archives by selecting content? *American Archivist*, 57(3), 528–542.
- Mersiovsky, K. (2014, December 14). *The Pros and Cons of 'MPLP'*. Archives & Memory.
- Müller, S., Feith, J. A., & Fruin, R. (2003). *Manual for the arrangement and description of archives*. Society of American Archivists.
- Novara, E. (2013). Documenting Maryland Women State Legislators: The Politics of Collecting Women's Political Papers. *American Archivist*, 76(1), 196–214.
- Oliver, G., Kim, Y., & Ross, S. (2008). Documentary genre and digital recordkeeping: Red herring or a way forward? *Archival Science*, 8(4), 295–305.
- Pinto, F. P. (2018). Os Dilemas das Verdades para a Neomodernidade e os Efeitos para a Educação. *Salão do Conhecimento*, 4(4).
- Ridener, J. (2009). *From Polders to Postmodernism: A Concise History of Archival Theory*. Litwin Books.
- Rouanet, S. P. (1986). Do Pós-Moderno ao Neo-Moderno. *Tempo Brasileiro*, 84(jan.-mar.), 86–97.
- Rouanet, S. P. (1998). *As Razões do Iluminismo* (4.^a ed.). Companhia das Letras.
- Rousseau, J.-Y., & Couture, C. (1994). *Les fondements de la discipline archivistique*. Presses de l'Université de Québec.
- Rydén, R. (2014). Implementation of appraisal regulations including the selection of sample archives. A case study on the Swedish country district police. *Archives and Records*, 35(1), 43–53.
- Samuels, H. W. (1986). Who controls the past. *American Archivist*, 49(2), 109–124.
- Samuels, H. W. (1991). Improving our disposition: Documentation strategy. *Archivaria*, 33(Winter 1991-92), 125–140.
- Santos, F. K. S. D. (2023). Teoria da Ação Comunicativa e Neomodernidade à Luz da Educação Geográfica. *Revista Ensino de Geografia (Recife)*, 6(3), 1–22.

- Schellenberg, T. R. (1956). *Modern Archives: Principles and Techniques*. University of Chicago Press.
- Sloyan, V. (2016). Born-digital archives at the Wellcome Library: Appraisal and sensitivity review of two hard drives. *Archives & Records*, 37(1), 20–36.
- Sternfeld, J. (2011). Archival Theory and Digital Historiography: Selection, Search, and Metadata as Archival Processes for Assessing Historical Contextualization. *American Archivist*, 74(2), 544–575.
- Taylor, I. (2016). The German appraisal discussion since 1990: An overview. *Archives and Manuscripts*, 44(1), 14–23.
- Thomassen, T. (2001). A first introduction to archival science. *Archival Science*, 1(4), 373–385.
- Thomassen, T. (2015). Archival Science. In L. Duranti & P. C. Franks (Eds.), *Encyclopedia of Archival Science* (pp. 84–84). Rowman & Littlefield.
- Upward, F. (1996). Structuring the Records Continuum - Part One: Postcustodial principles and properties. *Archives and Manuscripts*, 24(2), 268–285.
- Upward, F. (1997). Structuring the Records Continuum, Part Two: Structuration Theory and Recordkeeping. *Archives and Manuscripts*, 25(1), 10–35.
- Williams, C. (2006). Studying Reality: The Application of Theory in an Aspect of UK Practice. *Archivaria*, 62, 77–101.
- Wright, J. (2010, August 17). *How Much is Enough?* Smithsonian Institution Archives. <https://siarchives.si.edu/blog/how-much-enough>.